

"Flávio Brayner, professor emérito da UFPE."

República e corrupção

FLÁVIO BRAYNER

República: eis aí uma palavrinha que agora todo mundo usa e, sobretudo, abuse. República é um termo antigo e carregado de ambiguidades: Platão e Aristóteles lhe atribuíam mais de um sentido, e a coisa ficou ainda mais complicada quando Cícero traduziu "politeia" por "res publica", significando duas coisas: uma disposição associativa (como direito de viver na comunidade política – a Polis), e uma relação governante-governado (como direito de viver livre entre iguais).

A vida pública exige uma linguagem e um vocabulário: o "republicanismo", que é um conjunto de valores como a tolerância, a amizade, a compaixão e a solidariedade, a aversão à tirania. A República é ferida quando o governo e o sistema político perdem o sentido dos direitos fundamentais e passam a ver a Constituição como entrave (nossos golpistas);

a República é ameaçada quando a sociedade desiste de proteger seu catálogo de direitos em caráter permanente: os direitos são uma baliza do mundo público que fixa o indivíduo na sociedade política e define aquilo que ele precisa abster-se para viver em sociedade: esta é a ideia de liberdade pública ou civil moderna, sem o qual, não é possível a constituição da comunidade política.

Mas o agente mais corrosivo da República é a corrupção: desde a época do "terror revolucionário" (sob os jacobinos) que se definiu uma espécie de "virtudes modelares": a pureza que modela a justiça e a lei. Robespierre achava que a pureza moral do governante fundava o verdadeiro estado republicano e a educação revolucionária era, sobretudo, uma nova educação moral, como se o mundo político fosse baseado em virtudes individuais extraordinárias, o que tem muito pouco a ver com a República (que não é a reunião dos virtuosos no espaço

público), coisa, aliás, que Maquiavel já sabia desde o século XVI: quando a virtude precisa de um porta-voz é mau sinal! A corrupção, claro, degrada moralmente a confiança que temos uns nos outros, destrói o espaço público e o bem comum, mas é um erro imaginar que a crítica da corrupção é a crítica da moralidade do governante (o "corrupto"); é um determinado arranjo político e cultural que produz a corrupção – o patrimonialismo, o "jeitinho", a malandragem, o "no gosto de levar vantagem em tudo" (Lei do Gerson) e, claro, uma visão degradada da coisa pública, vista como bem apropriável. Assim não é um ativismo moralista que nos livrará de pessoas corruptas ou da própria corrupção. Entre os Gregos, a corrupção significava, ao mesmo tempo, "quebra" e "degradação" da confiança e eles já sabiam que ela era o veneno mais letal da República!

© Flávio Brayner, professor emérito da UFPE